

CEDI - P. I. B.
DATA 11 06 86
COD. XB D07

RELATÓRIO À COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Setembro de 1985

A SITUAÇÃO ATUAL DOS ÍNDIOS XIKRIN DO BACAJÁ - PARÁ
ASSISTÊNCIA AO PROJETO DE APOIO FERRO - CARAJÁS

Lux Vidal
Universidade de São Paulo

Permanência em Campo - Cronograma

- 24/07/85 - São Paulo - Belém
- 25 e 26/07/85 - Carajás
- 26/07 a 04/08/85 - Posto Indígena Bacajã
- 28/07/85 - Viagem de barco, subindo o rio Bacajã até a localidade chamada Pirarara
- 29/07/85 - Viagem de canoa-motor, descendo o rio Bacajã até a boca do rio Manezão, via de acesso ao garimpo de ouro deste rio
- 05/08/85 - Carajás - Viagem de helicóptero à aldeia do Cateté e trazer os dois chefes da aldeia para uma reunião em Marabá
- 07/08/85 - Carajás - Marabá
- 08/08/85 - Reunião em Marabá sobre o caso da Grã Reata
- 09/08/85 - Belém
- 10/08/85 - Belém - São Paulo

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 1985, pela primeira vez, foi incluído no Convênio CVRD/FUNAI a Reserva Xikrin do Bacajã. Esta inclusão deve-se ao fato dos índios desta aldeia serem parentes muito próximos dos Xikrin do Catetê, com os quais formavam um mesmo grupo até a década de 20. Após um longo período de pouco contato inter-tribal, verifica-se, nestes dois últimos anos, uma migração contínua de certos elementos do Bacajã para o Catetê, especialmente jovens. Uma das causas deve-se aos benefícios e recursos que o Projeto de Apoio propicia para esta aldeia.

Sabíamos também, que entre outras causas, está situação de inferioridade perante os Kagapõ do Catetê e de Gorotire, e devido a mudanças ocorridas na região, um grupo de índios do PI do Bacajã já pretendia se deslocar para o baixo Bacajã para acercar-se dos regionais, o que realmente acabou acontecendo em junho de 1985.

Apesar de estarem com uma Reserva demarcada e vivendo em uma região onde há fartura de terras férteis e alimentos, os Xikrin do Bacajã, que no passado sofreram grandes abalos demográficos, sentiam-se abandonados e desestimulados, ao ponto de em 1983 não terem nem mais aberto roças de mandioca.

Diante deste quadro de desequilíbrio tribal, informei a CVRD da absoluta necessidade de incorporar esta aldeia no Projeto de Apoio, pelo menos para uma ajuda mínima, que lhes permitisse uma sobrevivência digna e um tratamento equivalente ao dos Xikrin do Catetê, os seus parentes.

Após a visita do Dr. João Paulo Botelho à área, em janeiro de 1985, houve uma sensível melhora do quadro de saúde.

Durante a minha estadia no Bacajã em julho de 1985, pude, pela primeira vez, avaliar no campo, a situação destes índios e me convencer da importância de estender a este grupo os benefícios do Projeto, sem o qual ele acabaria com certeza, se desagregando.

No dia 26/07/85, após uma hora de voo, saindo da Serra Carajás, chegamos ao Bacajã, tendo sobrevoado uma região de floresta tropical virgem, sem assentamentos visíveis após o rio Tapirapê.

Ao chegar, de helicóptero, tivemos a visão panorâmica de uma aldeia redonda, com uma pequena construção no meio da praça. Na margem do rio Bacajã, as construções de madeira do Posto, e nas imediações, além da pista de pouso, várias clareiras de roças.

Fui recebida pelos índios, especialmente o chefe Onça que eu já conhecia e um índio do Catetê, Kanaipõ, meu compadre e que passa a viver com a sua família no Bacajã. O chefe de Posto, o Sr. Antonio

e a Professora da FUNAI, Sra. Angela foram extremamente atenciosos comigo e me facilitaram todas as condições para o tranquilo desempenho do meu trabalho. Os índios logo perceberam que eu era raposa velha em assuntos Kayapó, o que em seguida criou entre nós um clima de familiaridade. Ao sair do Bacajã, prometi aos índios que me empenharia ao máximo no Projeto que juntos havíamos elaborado com a ajuda do chefe de Posto. E que, se tudo desse certo, eu voltaria, em fevereiro de 1986.

Encontra-se, atualmente, no Bacajã, desenvolvendo uma pesquisa sobre ecologia cultural, o antropólogo William Fisher, da Universidade de Cornell e Universidade de São Paulo e que elaborou um relatório suscinto para a FUNAI em maio de 1985. Para não repetir mais ou menos as mesmas coisas, coloco a seguir este relatório, na íntegra, e com o permissão do autor, como introdução ao meu levantamento.

Em seguida tratarei das mudanças ocorridas nestes últimos meses e dos aspectos mais intimamente relacionados ao Projeto de Apoio e a sua implantação.

Finalmente apresentarei o Projeto em si, com certa ênfase no problema da terra, e de uma nova proposta de demarcação, que será objeto de um relatório separado, já que pretendemos, de comum acordo com os antropólogos Regina Polo Müller (USP), Antonio Carlos Magalhães (Museu Goeldi), Eduardo Viveiros de Castro (Museu Nacional) e eu mesma, encaminhar uma proposta de uma área contínua para os quatro grupos indígenas que vivem entre o médio Xingú e Bacajã, isto é os Asuriní do Kōatinemo, os Arawetê, os Parakanã do Bom Jardim e os Xikrin do Bacajã.

Esta proposta já tinha sido elaborada anteriormente, por um grupo da FUNAI, em 1979, e precisa, atualmente, de uma séria reconsideração, devido a inúmeros fatores novos, existentes naquela região.

Me utilizo também, neste levantamento, de uma ficha padrão sobre o PI Bacajã, elaborada pelo CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) a partir de relatórios da FUNAI e entrevista com pessoas que conhecem a região.

LOCALIZAÇÃO

A única aldeia Xikrin do Bacajã se localiza à margem esquerda do médio rio Bacajã, afluente da margem direita do Xingú, Município de Senador José Porfírio, Estado do Pará.

A região é coberta de mata densa e por enquanto ainda intacta.

As coordenadas aproximadas da aldeia são 4°55'00"S e 51°26'20"W.

O tempo que se gasta entre a aldeia e a cidade de Altamira, sede da Ajudância da FUNAI, é de uma hora de avião, ou de três a oito dias de barco a motor, dependendo da estação. Dizem que de voadeira pode se realizar o percurso em um dia, apenas.

POPULAÇÃO

A população atual do PI Bacajã é de 178 pessoas, sendo que deste número, 35 pessoas (4 famílias) se deslocaram em junho de 1985 para o lugar denominado Trincheira, no baixo Bacajã, onde estão construindo uma nova aldeia, do tipo regional.

A flutuação demográfica dos Xikrin do Bacajã é considerável devido a vários fatores:

- a) O abalo demográfico sofrido pelo grupo após o contato (dizem que na antiga aldeia grande do rio Carapanã eram muito numerosos) e as contínuas mortes causadas especialmente pela malária e gripe.
- b) Em 1979, os remanescentes dos Kayapõ-Kararaõ do Iriri, foram transferidos pela FUNAI para o PI Bacajã. As razões alegadas eram que o grupo era pouco numeroso e havia um acentuado desequilíbrio entre os sexos (é uma comunidade essencialmente formada de mulheres). Havia também a preocupação de que a sua área tradicional, no Iriri, seria inundada com a construção das barragens no Xingü (o que realmente acontecerá, no futuro). Houve, porém, muitas brigas entre os dois grupos tanto assim que os Kararaõ voltaram a sua Reserva, no Iriri (esta Reserva está apenas interditada, mas não demarcada).
- c) Como William Fisher indica em seu relatório, há vários elementos não Xikrin, vivendo na aldeia do Bacajã. Um Índio Gavião de Mãe Maria, desde 1973, 3 Kararaõ de Pentecauã e suas famílias e 1 do Iriri, assim como 2 mulheres Parakanã, aprisionadas pelos Xikrin do Bacajã.
- d) Desde 1979, vive no Bacajã uma família Xikrin do Catetê, transferida pela FUNAI, a pedido do chefe Onça. Essa era uma exigência para que a comunidade entregasse à FUNAI os prisioneiros Parakanã que se encontravam na aldeia, após o episódio sangrento ocorrido em 1978, entre as duas etnias. A mulher desta família é irmã do Chefe Onça.
- e) É preciso agora explicar melhor o caso do grupo do capitão Maurê e que abandonou a aldeia em junho de 1985. Maurê é um índio procedente do PI Baú, de pai Kararaõ e mãe civilizada. Vive com o grupo do Bacajã desde a sua



pacificação e é casado com uma mulher Xikrin. A mãe de Mauré é uma mulher branca que foi aprisionada por um grupo Kararaô, onde passou a viver, casando com um Índio e tendo 4 filhos, 3 homens e 1 mulher. Na época da pacificação deste grupo Kararaô, os Índios trataram de matar os civilizados que se encontravam entre eles. A mãe de Mauré conseguiu fugir com seus filhos, refugian-do-se junto aos regionais. Hoje, ela ainda vive em Altamira e seus filhos espalhados pela região. Há dois anos, um irmão de Mauré, Manuel, ou melhor Tucum, teve problemas com as autoridades e a FUNAI o transferiu para o PI Bacajã, o que não ocorreu de maneira totalmente tranquila. Tucum é casado com uma civilizada que já possuía 5 filhos de um casamento anterior. No Bacajã, construíram sua casa, afastada do círculo da aldeia (onde, aliás, esta mulher não tinha nenhum espaço simbólico a ocupar) e ao lado do Posto da FUNAI.

- f) Em 1984, 11 Índios se transferiram do Bacajã para o Catetê, quatro mulheres e sete rapazes solteiros. Estes jovens alegam que a aldeia do Catetê é maior, "mais animada" e com maiores possibilidades de casamento. A organização social e política é atuante e realizam-se muitas cerimônias. Os Índios são mais ricos devido ao Projeto de Apoio Carajás e finalmente há uma maior proximidade de cidades como Carajás e Marabá, para eventuais passeios. Existe, de vez em quando, a possibilidade de um transporte aéreo entre as duas aldeias, fornecido pelo Coronel Pombo, de Kikretum, e sobre o qual a FUNAI tem pouco controle. O chefe Buatê, do Catetê, e seu filho, visitaram em 84 o Bacajã assim como um outro Índio que ali permaneceu vários meses, todos retornando, porém, ao Catetê.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ALDEIA BACAJÁ 1983



Cemitério 


Casa do Braçal

Enfermaria

Sede do PI

Cozinha

Casa de Farinha

19

18

1

17
16

2

15
14

3

13

4

12

5

11

6

10

7

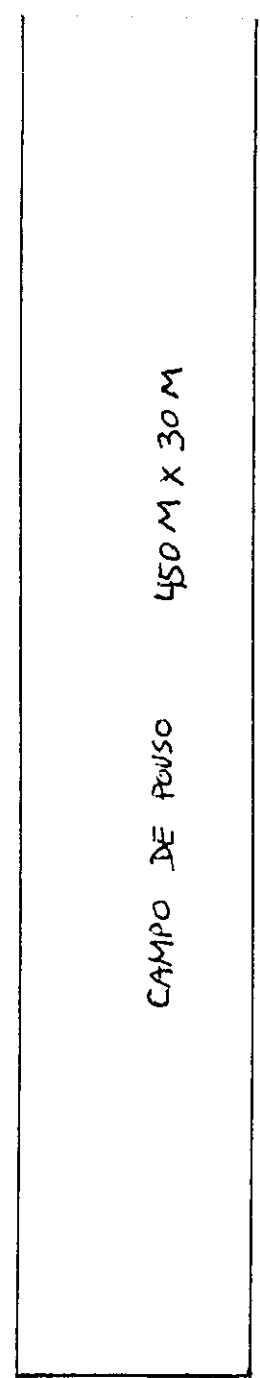
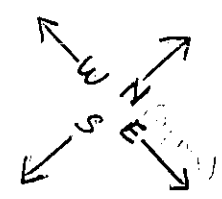
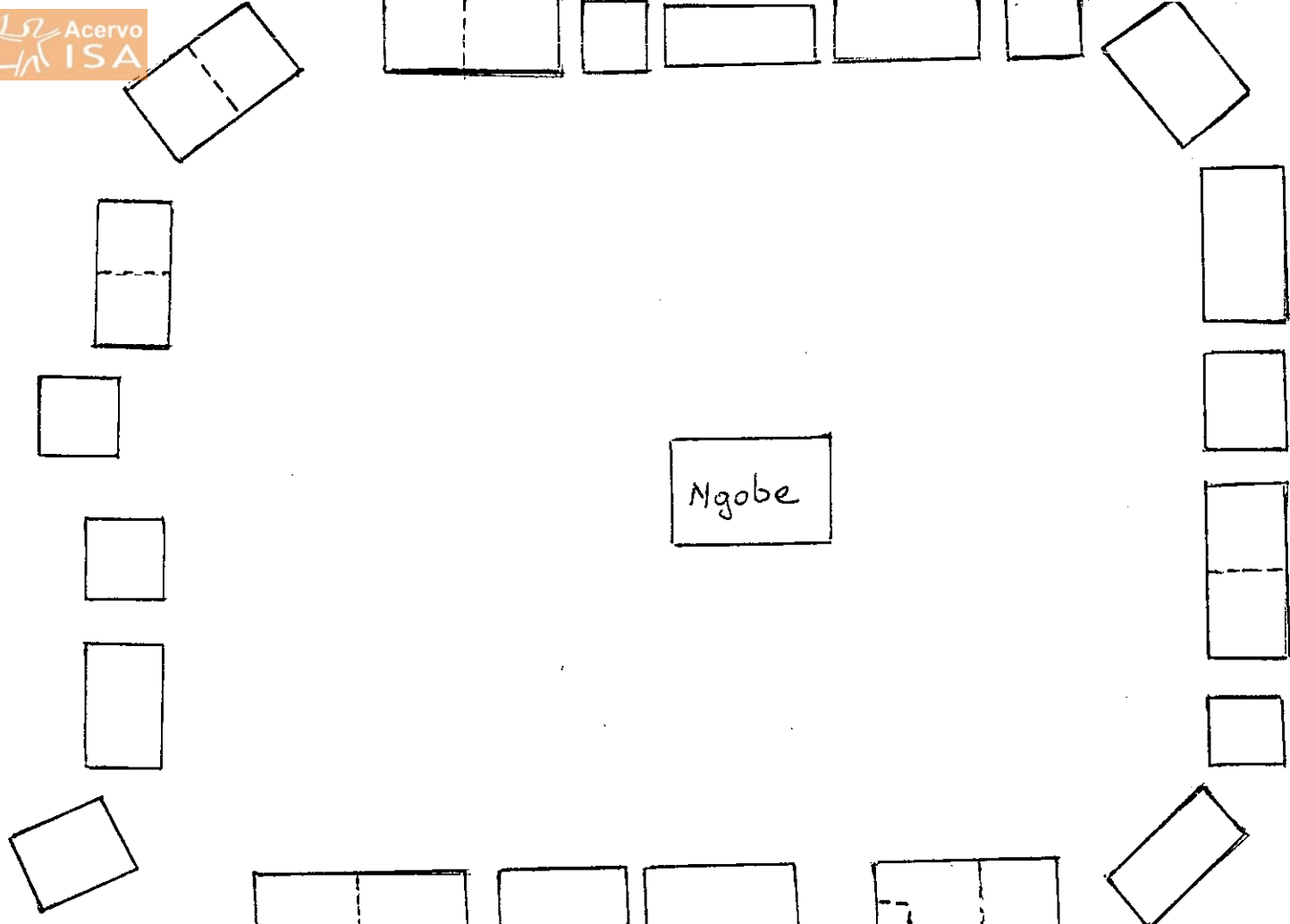
9

8

Casa de farinha

CAMPO DE POUSO 450 m X 30 m

RIO BACAJÁ



66

Ngobe

CASA DO CHEFE
ONÇA.

casa
do
gerador

casa
Seole

Farmácia
Enfermaria

Residência Escola
da Professora

residência
da família
de regionais
destruída

RIO BACAJÁ (50M)

Casa abandonada casa onde a
Farinha é torada

A ALDEIA

Atualmente, ela é novamente de forma redonda, com 21 casas, algumas com divisões internas e abrigando, até o mês de junho de 1985, 27 famílias nucleares. Em junho, aproximadamente 35 pessoas (4 famílias) se deslocaram para o baixo Bacajã, no lugar denominado Trincheira e onde estes índios pretendem construir suas casas, de tipo regional e uma nova roça. Não visitei ainda esta aldeia.

A organização social (modo de vida, atividades cotidianas e rituais) é a mesma daquela encontrada entre os Xikrin do Catetê, apenas menos articulada com relação a certas instituições, devido ao número reduzido de indivíduos desta aldeia.

Sendo as casas matrilocais e as relações de parentesco muito próximas entre os Xikrin do Bacajã e uma parte do Catetê, pude constatar que as casas das mesmas famílias ocupavam o mesmo lugar no círculo da aldeia, o que mostra a perenidade da organização sócio-espacial das famílias matrilocais, mesmo quando os grupos se separam.

O que me surpreendeu é a semelhança, mesmo física, entre as famílias parentes do Bacajã e do Catetê, especialmente localizadas. Evidentemente, isto foi observado por mim, apenas para duas casas. A genética percorre outros caminhos. Algumas famílias, por outro lado, ficaram ou se deslocaram, em conjunto, para o Catetê. Este é por exemplo o caso do xamã Nhiakrekampin, líder da cisão entre o Catetê e o Bacajã e que não possui mais parentes nesta aldeia.

Disto decorre que certos elementos do "estoque cultural" estejam presentes nas duas aldeias ou ausentes em uma delas.

Assim, apesar da separação física e política, nomes de parentes de uma aldeia podem ser atribuídos a indivíduos de outra aldeia, mesmo no caso de uma separação prolongada entre os grupos. O direito à propriedade, prerrogativas etc... que acompanha os nomes, potencialmente, também pode ser transmitido desta maneira, mas isso apenas se concretiza através de uma transmissão real, ritualizada. Assim, os nomes possuem maior fluidez de circulação intertribal do que as prerrogativas que os acompanham. Por outro lado, um indivíduo possui ou pode possuir um grande número de conjuntos de nomes, que ele pode, por sua vez, redistribuir, separadamente por conjunto entre vários indivíduos. Isto permite, de um lado, maximizar o acúmulo de nomes e prerrogativas a favor de um indivíduo (de uma casa), criando hierarquia (o que pode por sua vez, contaminar o sistema político e as estratégias de casamento), como permitir, por outro lado, uma transmissão parcelada de nomes e prerrogativas por parte de um indivíduo, o que leva a uma contínua redistribuição do "estoque cultural" necessária à reprodução social do grupo. Sabemos que a própria noção de pessoa está intimamente ligada à posse de um nome e de prerrogativas herdadas, sem o que, um Kayapô não é ninguém.

A tensão contínua que existe entre os grupos que se separam e se juntam, se reproduz em outro nível através da tensão existente entre o acúmulo e a redistribuição de nomes e propriedades. Isso explica a necessidade de um ciclo contínuo de rituais, que fornecem a cada momento (tempo) a informação e a visualização de como andam as coisas e de quem é quem, possuindo o que, naquele momento, e garantindo o que, para o futuro. Toda esta explicação é importante, no momento atual, em que se desenvolve um maior intercâmbio e comunicação entre as duas aldeias e devido a um elemento novo, o Projeto de Apoio que possui significado real e simbólico no contexto geral.

Do ponto de vista político, havia até o mês de junho, duas facções bem definidas, o grupo do Onça e o grupo do Mauré. Com a saída deste último grupo, que pretende se aproximar dos regionais e se desfazer da tutela direta da FUNAI, sem deixar de se considerarem índios, a aldeia do Bacajã ficou numa situação, por enquanto, mais tranquila. Os homens, para decidir as suas atividades, reúnem-se junto à casa do Chefe Onça e de noite no meio da praça. Há alguns homens velhos e também mais jovens, com prestígio, sendo um deles Bep-Djoiti, filho do falecido chefe Merety.

Não existe uma casa dos homens, o Atukbe, como no Catetê. Em junho de 1985, um pouco forçados, eles construíram uma casa, aberta de todos os lados, no meio da praça, à moda Gorotire. Mas de fato não a usam, reunindo-se, de noite, a céu aberto. Dizem que antigamente tinham um Atukbe, construído no mato e onde guardavam grandes feixes de flechas. Mas com medo, deixaram de construí-lo.

VIDA RITUAL

As atividades rituais, tão importantes para os grupos Kayapô, sofreram graves limitações devido à desorganização espacial da aldeia, que durante muitos anos ficou reduzida a um arruamento. O número reduzido de indivíduos, com poucos representantes para cada faixa etária e o fato do grupo do capitão Mauré (pelo menos os homens) não participarem das cerimônias, também contribuiu para o afrouxamento da vida ritual, no Bacajã.

Atualmente, porém, uma das mudanças é a retomada das cerimônias tradicionais, motivadas pelas notícias do Catetê e Gorotire sobre o assunto. Durante a minha visita em julho de 1985 estavam realizando um Aruaná, ou festa da palha. Homens e mulheres cantavam e dançavam quase todas as noites, no meio da praça. Uma noite, encenaram um Kworo Kango, ritual introduzido no Bacajã pelo índio Kanaipô, do Catetê.

Há na aldeia dois xamãs, o Mati, um índio Kararaô e o pai do chefe Onça, Bep-Ngôti. Todos os homens e todas as mulheres se pintam com as pinturas tradicionais de genipapo e urucum. As pinturas são as mesmas do que as do Catetê, com pequenas diferenças locais que pudemos

registrar.

O grupo do Trincheira não se pinta e também não canta nem dança. Ao que dizem, o Tucum, que, ao que parece, estaria atualmente chefiando este grupo, proíbe estas atividades. Quando estavam na aldeia, as mulheres da família do Mauré, por serem índias Xikrin, participavam das pinturas e das festas. Não sabemos se poderão se acostumar a viver no Trincheira, longe da comunidade.

HISTÓRIA DO CONTATO (Levantamento CEDI)

O grupo que nós chamamos hoje Xikrin do Bacajã teve sua origem quando os ancestrais dos Xikrin - que por volta de 1926 eram uma fusão dos grupos KoKorekre e Put Karôt - se deslocaram para o norte, na região do Rio Bacajã, com medo de retaliações dos Gorotire com os quais guerreavam.

Pouco depois, o grupo se cinde e uma parte volta à região do Catetê passando então a haver os Xikrin do Bacajã e os do Catetê.

Estes dois grupos, como geralmente acontece, passaram a viver uma relação de guerra, alimentada pela rivalidade política que gerou sua cisão, e ao mesmo tempo um desejo permanente de se reaproximarem por força dos grupos de parentes apartados pela cisão. Entre muitos vai e vem, em 1952 um grupo do Bacajã liderado pelo Xamã Niakre kampin se junta ao grupo do Catetê pouco antes de seu primeiro contato com o PI Las Casas. Em 1954 outro grupo de Bacajã se aproxima do Catetê e apesar de um desentendimento que acaba na morte de três índios do Bacajã, parte deles, cerca de 60, se integraram à aldeia do Catetê.

A ocupação da bacia do Bacajã a partir de 1926 implicou na expulsão dos grupos Asuriní e Arawetê e um grupo ainda arredio de Parakanã (os Parakanã do Bom Jardim, atualmente pacificados) que tinham aldeias nesta região. Tanto os Arawetê como os Asuriní fazem referência a inúmeros ataques do Xikrin que lhes causaram elevadas baixas.

O Sertanista Cotrim afirma que o último ataque dos Xikrin aos Asuriní do Ipiaçava teria ocorrido em 1966, portanto após sua "pacificação" que se deu entre os anos 1959 e 61.

Nesta ocasião, enquanto o prefeito de Altamira ameaçava pela imprensa armar 50 homens e vingar a morte de alguns moradores do rio Itata pelos Xikrin do Bacajã, (O Globo, 29/10/59) uma turma do SPI, chefiada por Afonso Alves, realizava um primeiro contato com estes índios.

Segundo depoimento prestado por Afonso Alves ao GT/FUNAI de 1979 para definição da área do Bacajã, este contato deu-se no dia 13 de novembro de 1959 quase na foz do Igarapé Golosa com o Rio Bacajã. Logo após o contato, foram vitimados por epidemias que ocasionaram muitas mortes, e os índios embrenharam-se novamente nas matas em direção ao rio Itacaiunas.

Em 1961 outra frente do SPI, os contatou no Igarapé Carapanã na margem direita do Bacajã. Tempos depois os Xikrin se estabelecem junto ao antigo ^{Posto} do SPI, chamado Francisco Meirelles, abaixo do Igarapé dois irmãos. O índio mestiço Kararaô, Maurê participou desta pacificação e casou com uma mulher Xikrin.

Em 1965 os Xikrin são transferidos por um tal de Oliveira para o local da aldeia atual, a margem esquerda do Bacajã. Este local era habitado por civilizados e com a ausência do órgão tutelar, os

Xikrin ficaram à mercê deste Oliveira que explorava Castanha do Pará e peles de animais silvestres utilizando mão-de-obra indígena, e acabou morrendo assassinado em Altamira. Um chefe de Posto, chamado Rubens, os transferiu para o local atual. Dispõe-se de muito poucas informações acerca deste período. Supõe-se que o que ocorreu de fato foi, que depois de vários furtos e atritos entre Índios e brancos, estes últimos acabaram sendo expulsos do local.

No início da década de 70, os Xikrin passam a receber assistência da FUNAI através da Base Kararaô, em Altamira, que comandava as frentes de atração criadas com a abertura da rodovia Transamazônica. No final de 1971 estava concluída a construção de um campo de pouso naquele PI.

O chefe do PI Bacajã naquele ano de 1971 observava também no seu relatório que "os Xikrin estão sempre vendo vestígios dos Parakanã nas proximidades do Posto", "O Capitão Moreti reclama", "urge uma providência no sentido de evitar esses atritos com os Parakanã".

Vivem atualmente no Bacajã, duas mulheres Parakanã, casadas com Xikrin, raptadas em 1969 num ataque em que teriam sido mortos 4 guerreiros Parakanã (OESP, 28/12/78). Os Xikrin certamente esperavam apreensivos por algum revide, o que não ocorreu.

No final de 1977 porém, ocorreu um encontro ocasional de "um grupo de 13 a 16 Parakanã que tinham participado de um ataque contra os Araweté, um mês antes, com dois ou três Xikrin, dos quais um foi flexado. Os Xikrin revidaram matando todos os homens do grupo, supostamente 16.

"O certo, porém, é que os Xikrin trouxeram consigo nove crianças e uma mulher Parakanã que foram mantidas na aldeia como reféns... até que a FUNAI conseguisse removê-los para Altamira e depois, para outra aldeia Parakanã já contactada" (OESP, 28/12/78)

HISTÓRICO DA DEMARCAÇÃO DA TERRA

A primeira proposta de reserva para o Bacajã, provavelmente de autoria da Base Kararaõ, propunha uma faixa de terra ao longo do baixo e médio Bacajã, desde o Igarapê Parixã, perto do rio Xingu, até o braço do Lontra (ou Rio Branco de baixo) com uma extensão aproximada de 440 mil hectares. Esta área, que incluía o velho PIA do SPI, não incluía, porém, a região, isto é, aldeia e Reserva que os Xikrin ocupam e exploram atualmente.

De qualquer maneira esta proposta não vingou e o único documento que restou é um mapa que nem consta do processo atual do DPI (Proc. FUNAI/BSB/4728/79) relativo a esta área.

Em 1976, a equipe da FUNAI que atuava no convênio com o RADAM para eleição de áreas indígenas, propõe uma reserva de 181.650 ha (Convênio FUNAI/DNPM/RADAMBRASIL, 1976). Em 79 a área do Bacajã é marcada pela firma Setag de Goiânia conforme traçado de 1976 e fica a final com 192.125 ha. Os Xikrin contestam a demarcação em curso porque os limites norte, sul e leste excluem seus principais castanhais, que são explorados por eles desde o contato e que representam sua maior fonte de renda, e o limite oeste excluía áreas de caça e coleta.

Ao receber os trabalhos demarcatórios o Engenheiro da FUNAI/DPI propõe um acréscimo e solicita um GT para estudar os novos limites. Como na mesma época estavam para ser delimitadas as áreas Asuriní e Araweté o GT, instituído pela Port. nº 627/E de 15/10/1979, ficou com a incumbência de definir os limites da área do Bacajã e das áreas a serem interditadas para os grupos Asuriní e Araweté e o grupo arredio (os Parakanã do Bom Jardim) localizado entre o Bacajã e área Asuriní. O GT propõe uma área de 2.391.600 ha denominada Áreas Indígenas Koatinemo - Ipixuna-Bacajã englobando os quatro grupos.

No que diz respeito ao Bacajã a proposta ampliava a área em todos os seus limites pegando desde as cabeceiras do rio Bacajã até os Igarapês dois irmãos um pouco acima do antigo PIA do SPI.

A proposta de 1979 foi engavetada e em 1983 a AI Bacajã foi desmembrada das Áreas Indígenas Ipixuna e Kaotinemo. Traçando uma linha divisória, a oeste, com estas outras reservas, os limites da AI Bacajã ao Norte, Sul e Leste permanecem os mesmos estabelecidos em 1979. Dos 498.125 ha propostos 192.125 ha já estão demarcados e 306.000 ha são áreas de acréscimo.

Conforme documento da FUNAI datado de 17/12/84 esta proposta não foi ainda encaminhada ao GT instituído pelo Dec. nº 88.118/83 e na atualidade deverá ser reavaliada tendo em vista a informação de que várias famílias Xikrin (lideradas pelo Capitão Mauré) teriam mudado para uma antiga aldeia... entre o rio Repartimento de baixo e Igarapê Dois Irmãos. Esta área encontra-se próxima ao antigo PIA do SPI, e excluída dos atuais limites propostos pelo GT constituído pela Port. 627/E/79 (Memória AI Bacaja, DPI/FUNAI, 17/12/84).

A SITUAÇÃO DA TERRA

Atualmente, a área demarcada (vide mapa da FUNAI), não corresponde à área de ocupação efetiva usada pelos Xikrin do Bacajã. Eles caçam e pescam além dos limites e muitos de seus castanhais estão fora da Reserva, ao longo do Rio Bacajã, tanto a jusante como a montante.

- Segundo os Índios e o chefe de Posto, perto da Boca do Bacajã, a 3 horas de barco, está instalada a Companhia de Mineração Progel, que retira ouro, está situada à margem esquerda do rio.

- Em seguida, subindo o rio, e à margem direita, a fazenda Xipaúba, da empresa Bacajax, com sede em Altamira; uma enorme fazenda de gado, mas onde apenas vivem os capatazes da firma. O proprietário é um mineiro de Belo Horizonte.

- Continuando, e do lado direito do rio, o lugar chamado TRINCHEIRA, perto do posto velho, e onde o grupo do Mauré e Tucum constituíram em junho de 1985 nova aldeia. Estes Índios e mestiços de Índios estão construindo suas casas e abrindo uma roça e querem pedir esta posse à FUNAI ou ao INCRA. Ocupam uma faixa de 30 km dos dois lados do rio Bacajã.

Deve-se mandar um grupo de trabalho a área para estudar a questão. Os líderes deste grupo já falaram a respeito com o Delegado da 2a.DR, em Belém, o Sr. Salomão. Dizem que do Trincheira até a Boca gasta-se um dia de viagem de canoa a motor.

Os Xikrin do Bacajã foram, de fato, contatados perto do Trincheira, a uns 40 minutos a pé, no lugar onde se encontrava o Posto Velho. Assim essa área é de ocupação histórica destes Índios. Segundo o chefe de Posto, porém, a FUNAI e o INTERPA fizeram uma permuta. Os Índios foram transferidos para o local atual e a região do Trincheira teria ficado para o INTERPA, para futuras possibilidades de colonização. Por enquanto, nestas terras (devolutas?), não há assentamentos, mas, no papel, parece haver projetos de colonização com lotes de glebas já demarcados (Pude verificar a existência destes projetos em um mapa elaborado por um antropólogo do Museu Goeldi, mas do qual não possuo xerox). Em todo caso, serão terras muito cobiçadas no futuro, especialmente após a construção das hidrelétricas de Volta Grande, com toda a sua infra-estrutura urbana e a construção de estradas, na região. Dizem os Índios que a região do Trincheira é plana, muito bonita, boa para a agricultura e com numerosos castanhais.

Acontece, porém, um absurdo naquela região. Inúmeras embarcações de Altamira se deslocam para pescar no baixo Bacajã, repleto de peixe por ser um rio virgem. Há um grande movimento, pescam com linha e malheira, não poupam a tracajã e estão acabando com a fauna aquática.

Os Índios do Trincheira aderiram à pesca intensiva para a

sua sobrevivência. Pescam, em nove dias, aproximadamente 1.000 kg de peixe que vendem aos regatões a Cr\$ 3.000 o kg (julho de 1985). Na verdade, precisam de gasolina para o barco, o que é caro; é preciso avaliar melhor a rentabilidade desta atividade para os Índios. Por enquanto, eles se abastecem de gasolina no PI Bacajã.

Depois do Trincheira, segundo os Índios, tudo é apenas mato até a Reserva. É uma área, dos dois lados do rio, que eles exploram sistematicamente, especialmente os castanhais de JERIQUA, SÃO JOSÉ, TRÊS MORROS, CASTANHAL DO 26 e CASTANHAL do Rio Branco de Baixo. E ainda um castanhal perto de uma aldeia antiga, PUKA KAMRIK.

Ao sul da Reserva, subindo o Rio Bacajã, a roça e o castanhal Pirarara, e que estão dentro dos limites da Reserva, mas os CASTANHAIS GOIABA e PRAIA GRANDE (perto de um poço) estão fora.

OS GARIMPOS

Houve várias levas de garimpagem no rio Manezão, que como veremos adiante faz parte da Reserva Bacajã, apesar de ter ficado fora do limite demarcatório, devido a um erro de topografia.

Entre 1980 e 82, o Capitão Eli tinha um garimpo naquele lugar. Ficou doente na aldeia, e transportado para Altamira, faleceu de malária.

Depois houve uma segunda entrada. Os Índios acabaram expulsando os garimpeiros e houve atritos. O último proprietário do garimpo do Manezão, foi o Sr. Alcides, que vive à beira do Xingu, e que fez parte da equipe de demarcação da Reserva.

O ano passado, quando correu a notícia da extensão do Projeto de Apoio da CRVD/FUNAI para o Bacajã, ele vendeu o garimpo para um tal de Mucuí. A reativação deste garimpo se deu de maio de 1985 para cá.

A entrada, por terra, é pelo rio Bacajã até a boca do Manezão. De lá são 2 a 3 dias a pé para atingir o garimpo. Outro meio de comunicação é por via aérea, já que existe uma pista de pouso do garimpo, mas que fica longe do lugar de trabalho. Transportam as mercadorias nas costas e a pé. O pessoal do garimpo é de Altamira e Marabá. Dizem que por enquanto há apenas 500 garimpeiros, mas que pretendem colocar de 2.000 a 3.000 homens. Quatro Índios já trabalham, durante alguns meses neste garimpo. Em 1982 Manoel Gavião ganhou 300.000 cruzeiros por mês, mas tinha que pagar o seu rancho. Segundo ele, não valeu a pena. Os outros são o Raimundo, o Pato e o Camisetim, um Índio esse que sabe pilotar o barco e usar a moto-serra.

O grupo do Trincheira está constantemente em contato com os garimpeiros, especialmente com um tal de Carlão. Dizem que o Mauré pretende garimpar.

Por outro lado, o chefe de Posto, Antonio, nos informou que

ele e o chefe de Ajudância Jair, entraram em acordo com o dono do garimpo; isto é, ele poderia garimpar até que se resolva o problema da demarcação, porque segundo dizem, ele ajudou muito na atração dos Parakanã do Bom Jardim. Depois da revisão da demarcação ele deveria sair.

Conversando com o Delegado, Sr. Salomão, em Marabá, ele me assegurou que falaria com o dono, pessoa de seu conhecimento, para que abrisse mão de qualquer pretensão de garimpar naquela área.

Muitos desses garimpeiros e regatões conhecem bem a área e a história do contato desses índios, que frequentam há muito tempo.

Existe outro garimpo, nas cabeceiras do Bacajá, no ramal que vai até as cabeceiras do Bom Jardim. Este garimpo é chamado Lontra e era de propriedade de um tal de Joel, que ao que dizem entregou o garimpo a uma Companhia.

OS PROBLEMAS RELACIONADOS À DEMARCAÇÃO DA RESERVA

No dia 29/07/85 saímos da aldeia do PI Bacajá, às 8:15 da manhã, com a intenção de visitar o pessoal do Trincheira, viagem que duraria pelo menos 3 dias. Às 10:45 chegamos na boca do rio Chapeuzinho, onde avistamos o marco de cimento nº 11, o limite norte da Reserva, na margem direita. Às 11:10 chegamos ao rio Carapanã e às 11:20 ao Manezão, os dois também à margem direita. Ali, encontramos uma pequena clareira aberta pelos garimpeiros. Às 11:45 chegaram ao local duas canoas a motor, vindo de Altamira, trazendo garimpeiros e mercadorias. Uma das canoas era do Tucum que se dirigia para a sua roça do Pirarara para recolher milho e que acabou dormindo na aldeia, no Posto. Como o Tucum nos disse que parte do pessoal do Trincheira estava em Altamira, em tratamento de saúde, decidimos voltar ao PI Bacajá, onde chegamos lá pelas 5:00 da tarde, deixando para a minha próxima viagem a visita ao Trincheira e Altamira.

É durante esta viagem que o chefe de Posto e os índios me contaram o que aconteceu com a demarcação e o erro cometido com relação à exclusão da área do Manezão.

Uma turma partiu da Boca do Manezão, em direção a oeste, enquanto que uma outra turma iniciava a demarcação de dentro do mato. As duas turmas, a uma certa altura deveriam se encontrar, mas isso não aconteceu. A turma de dentro, equipe da qual fazia parte o Sr. Alcides, antigo dono do garimpo do Manezão, desceu o rio Chapeuzinho, chegando à boca deste rio, a 80 km ao sul do Manezão. Finalmente, e de maneira totalmente arbitrariamente escolheram como limite norte (margem direita do Bacajá) o rio Chapeuzinho.

Esta área (de 80 km norte-sul) entre o Chapeuzinho e o Manezão (vide mapa), e que inclui o rio Carapanã, habitat tradicional dos Xikrin, deve ser incluída o mais rápido possível à Reserva do PI Bacajá e antes de que aumentem as pretensões dos garimpeiros na área.

Em 22/07/85, o chefe de Posto, Sr. Antonio, pediu à FUNAI uma revisão da área.

PROPOSTA PARA UMA RECONSIDERAÇÃO DE ÁREA INDÍGENA

A nossa proposta é a criação de uma área contínua Xingu-Bacajã e que incluiria os 4 grupos indígenas que ocupam aquela área, os Asuriní do Koatinemo, os Araweté, os Parakanã do Bom Jardim e os Xikrin do Bacajã.

Isto implica, na verdade, em retomar a proposta da FUNAI de 1979, chamada "Áreas Indígenas Koatinemo-Ipixuna-Bacajã" Pont. 627/E-15/10/79 e assinada pelo engenheiro agrônomo José Jaime Mancin. A área proposta era de aproximadamente 2.392.000 hectares. Precisaria, ao sul, acrescentar a área que se estende do rio Bom Jardim até o rio São José, área de perambulação dos Parakanã.

RESUMO DA PROPOSTA (vide mapa anexo)

Considerando:

- que existem, atualmente, 2 grupos Xikrin, os do PI Bacajã e os do Trincheira,
 - que os índios ocupam toda a faixa de terra ao longo do rio Bacajã até os igarapês 2 irmãos da Direita e da Esquerda, ao norte da atual Reserva, e até o igarapé Negro, ao sul da atual Reserva - áreas onde possuem castanhais,
 - que o garimpo do Manezão está dentro do território Xikrin e é uma constante ameaça para estes índios,
 - que tudo indica que a leste da Reserva há infiltração de novos garimpos,
 - que, no futuro próximo, serão construídas duas hidroelétricas de grande porte no Xingu, com uma vasta área de inundação o que acarretará uma corrida desenfreada para as terras mais altas, provocando a colonização da região,
 - que há projetos de mineração para aquela área,
 - que existem projetos de construção de estradas, como a BR 158 e BR 222, atingindo as áreas dos grupos Xikrin,
 - que existe um efetivo aumento demográfico do grupo,
 - que a Reserva demarcada é extremamente exígua,
- e considerando, especialmente,
- que por enquanto, ainda não se observa nenhum estabeleci-

mento concreto naquela região, o que facilita a demarcação.

- Proponho que seja reativada a proposta de 1979 que estabelece uma área contínua para os 4 grupos indígenas que vivem entre o Xingú e o Pacajá de Portela, com algumas modificações.

- 1) Aumentar, ao sul, a área, devido à pacificação recente do Grupo Parakanã do Bom Jardim.
- 2) Que o limite sul do rio Bacajá seja o igarapé Negro, tal como no mapa da proposta de 1979 e não como foi de fato demarcado (o igarapé Faveiro).
- 3) Que o limite leste englobe as cabeceiras dos rios Chapeuzinho, Carapanã e Manezão.

Nota: Os Xikrin chamam os
Asurini de Kuben-Kamrekti
Arawetê de Kren-Akoro
Parakanã de Akokakore

O POSTO

O Posto do PI Bacajã é construído ao longo do rio Bacajã e a 50 m da aldeia. É composto de 3 casas de madeira, em estado precário. A casa do chefe do Posto, onde funciona o rádio e o almoxarifado. A Enfermaria com os aposentos da atendente e a Escola com os aposentos da professora, seu marido e filho menor.

A casa da família do Tucum, construída ao lado do Posto, tinha sido destruída pelos índios, após o deslocamento deste grupo para o Trincheira.

Há um poço e uma caixa d'água, com uma torneira, onde os índios se abastecem de água potável, E ainda a casa do gerador (oferecido pelo Funrural) e onde funciona um catetw elétrico para o uso da comunidade.

O Posto possui um barco de 4 toneladas, com motor de centro, que serve para os deslocamentos maiores e o transporte da castanha; uma canoa grande de 400kg, com motor. Os índios possuem várias canoas menores e que eles mesmos fabricam.

Pudemos observar que os índios possuem poucas espingardas para caçar e poucas ferramentas para as atividades agrícolas. Falta munição.

A enfermaria também está mal equipada. Possuem uma máquina de costura que fica na casa do Onça.

A Pista de Pouso é perpendicular ao rio Bacajã, e precisa ser concertada. Além de torta, tem um desnível de 70 cm e precisa de um revestimento de piçarra.

Funcionários da Eletronorte sobem o rio Bacajã semanalmente, realizando pesquisas. Instalaram no PI Bacajã um aparelho de pluviometria.

O PESSOAL DO POSTO - FUNCIONÁRIOS DA FUNAI

- 1) O chefe do Posto, o Sr. Antonio Soares de Castro, técnico em indigenismo. É enfermeiro de formação. Sua esposa, funcionária da Casa do Índio, e seus filhos vivem em Belém. Está no Posto desde abril de 1984.
- 2) A Professora, auxiliar de Ensino, Sra. Angela Conceição Cardoso dos Reis - no posto desde abril de 1984.
- 3) O Braçal, Sr. José Carlos Cordeiro dos Reis, esposo da professora.
- 4) Um auxiliar, piloto de barco e mecânico, o Sr. André Ferreira de Souza, um índio Gorotire.

MALÁRIA 1985

MES	JAN		FEV		MAR		ABR		MAIO		JUNHO		JULHO	
SEXO	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
VIVAX	9	7	7	0	14	15	3	-	2	-	-	1	1	-
FALCIPARUM	2	3	2	1	5	2	-	-	2	-	-	-	-	-
RELAÍDA	1	1	-	-	1	1	-	-	2	-	-	-	-	-
ENCAMINHAMENTO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
* VISITA DA EVS de Marabá Projeto CVRQ/FMM														

Desde o dia 25/07/85 o Posto se encontra sem atendente de enfermagem. Esta foi despedida devido a desentendimentos com o chefe de Posto e a professora.

SAÚDE

Em julho de 1985, o estado de saúde da comunidade era excelente. Comparando com o ano anterior, houve uma drástica redução da malária. A dedetização das casas e a visita da EVS do Projeto Carajás ajudou muito a melhorar a situação. (vide quadro anexo)

Algumas crianças parecem estar subnutridas, possivelmente devido à falta de alimentos, nos anos anteriores a 1984. As mulheres, porém, tem menos filhos do que as do Catetê e me pareceram menos desgastadas. As casas também oferecem melhores condições de higiene.

Há na aldeia um menino epilético, bastante marginalizado pela comunidade e que vive pendurado no Posto, sem grandes perspectivas. Um caso a ser considerado com maior cuidado.

Por outro lado, o grupo do Trincheira estava bastante doente, com gripe, malária e problemas intestinais, tanto assim que vários já se haviam deslocado para Altamira. Poderá, neste local, ocorrer o problema da bebida e da prostituição.

TUTELA

Ao que parece, o grupo do Onça se coloca ainda muito sob a tutela da FUNAI, como estratégia de sobrevivência. A relação entre o Posto e a comunidade é relativamente boa.

O grupo do Mauré e do Tucum, não admitem a tutela, apesar de se sentirem mais próximos das pessoas do Posto do que dos índios, no seu modo de viver. "Civilizados" não aceitam o controle do chefe de Posto e querem uma certa autonomia econômica assim como o respeito a iniciativas próprias e mais individualizadas. Pretendem levar uma vida mais integrada à economia regional, aproveitando oportunidades com as quais podem (ou pensam poder) lucrar.

EDUCAÇÃO

A escola "Merety", nome do antigo chefe da aldeia, é do tipo encontrado no interior do Estado. Possui apenas uma sala de aula, com duas lousas e 30 carteiras, e várias turmas estudam simultaneamente. O ensino é dado em português, seguindo o programa das cartilhas atualizadas para o ensino oficial do Estado. A professora, além de preparar a merenda escolar quando há mantimentos, dá aula para as crianças, de manhã das 7:00 às 12:00 e para os adultos, de noite, das 6:00 às 9:00. Ao todo, 3 turmas, Prê, Alfabetização e 1º grau. Um in

dio, Manuel Gavião está cursando o 2º grau. Ao todo são 50 alunos, 13 pertenciam ao grupo que se deslocou para o Trancheira, sobrando apenas 37 no PI Bacajã. Por enquanto as crianças do Trancheira estão sem aula. Nota-se que entre os adultos a frequência masculina é maior. O chefe Onça também frequenta regularmente a escola.

Apesar do programa não corresponder às necessidades concretas dos Índios e apesar de toda a parte didática deixar muito a desejar, os Índios gostam de assistir às aulas e se esforçam em aprender.

A professora é uma pessoa inteligente; com um pouco de orientação pode ser bem aproveitada.

Os dias que não há aula, sábado e domingo, os Índios aproveitam para caçar mais longe, e pernoitar no mato ou em alguma roça.

Às vezes os alunos interrompem as aulas devido aos deslocamentos de suas famílias para a roça ou o castanhal, ficando semanas sem frequentar a escola.

Acontece também que a escola fica sem material escolar disponível. A professora, por exemplo, fez um pedido de material no dia 20/02/85 que chegou apenas no 26/04/85. Não há monitores indígenas, por enquanto, no PI Bacajã.

ECONOMIA

a) AGRICULTURA

Antes de 1984 existia apenas a roça chamada do Batista (antigo chefe do Posto) e duas roças pequenas de duas tarefas cada.

Em 1984, não havia nenhuma roça, o que provocou uma falta de alimentos básicos na dieta indígena e efeitos negativos com relação à saúde.

Em 1984 foi aberta uma roça grande (I) comunitária. Derrubaram 240 tarefas, mas plantaram apenas 180. Plantaram mandioca, macaxeira, milho, banana, batata. Ao lado, há uma pequena roça, antiga roça do chefe Onça (II), com batata, banana e mamão.

Em julho de 1985, estavam derrubando uma grande roça comunitária (III), a leste da aldeia, de 120 tarefas. Plantarão mandioca, arroz e banana. Abriram, ainda, umas 10 roças individuais, por família, de aproximadamente 80 tarefas cada. Existe ainda, a jusante e na margem direita do Bacajã a roça do Onça (antiga roça do Batista?) e a montante, no Pirarara, uma grande roça de mandioca e milho, pertencente ao grupo do Mauré e Tucum.

Uma tarefa plantada dá em média, segundo o chefe de Posto, de 25 a 30 sacas de farinha. Assim, este ano, a roça comunitária deverá dar 3.000 sacas de 60 kg cada de farinha, o que dá 180.000 kg, o suficiente para alimentar a aldeia durante o ano. Uma tarefa de milho dá 15 sacas de grão.

Em 1984, venderam em Altamira 60 sacas de milho.

b) PESCA

O peixe é muito abundante no Bacajã, especialmente no verão, e figura como alimento de base na dieta destes índios.

Famílias, ou meninos, saem de manhã cedo de canoa para pescar e sempre voltam com grande quantidade de peixes, de porte médio, o suficiente para alimentar toda a comunidade.

c) CAÇA

Caçam regularmente, menos no verão do que no inverno. Os índios dizem que a caça está longe e que não há mais porção na região.

Caçam muito tatu, jabuti. Coletam ovos de tracajã.

Durante a minha estadia mataram veado, paca, cotias e caetetu.

d) CASTANHA

Em 1984 a safra de Castanha do Parã deu 742 caixas (2 cx 1/2= 1 hectolitro). Rendeu 22 milhões de cruzeiros. Esta safra foi comercializada pela FUNAI em Altamira. A castanha é transportada com o barco de 4 toneladas. Infelizmente o barco afundou, com a carga, e teve que ser retirado do fundo do rio. As despesas com a safra são descontadas do lucro. O ano passado (1984), especialmente devido ao acidente com o barco, as despesas foram de 20 milhões de cruzeiros. Assim, sobraram apenas 2 milhões para os índios! que receberam um pouco de mercadoria (roupa e mantimentos). Em 1984 a castanha, na praça de Altamira, se vendeu em média, a Cr\$ 30.000 por caixa (de Cr\$ 20.000 a Cr\$ 40.000).

Em 1982, receberam do PIN, 2 milhões para um projeto agrícola. Não deu em nada. Plantaram arroz, mas não colheram. Com o dinheiro compraram o barco de 4 toneladas e fizeram as 3 casas de madeira do Posto, construções que eram continuamente exigidas e cobradas pela FUNAI de Brasília.

Receberam em 1985, a primeira parcela, 2.000 dólares, da manutenção do Posto, pelo Convênio CVRD/FUNAI. Estes recursos foram gastos, em grande parte, para pagar as dívidas da Ajudância da FUNAI na praça de Altamira.

Em 1984-85, por intermédio do chefe de Posto, os índios comercializaram 400 kg de milho em Altamira por 1.600.000 cruzeiros. Com o lucro compraram mercadorias para os índios.

PROJETO

PROJETO SAÚDE (Ver o relatório do Dr. João Paulo).

- 1) Contratar, com uma certa urgência uma enfermeira qualificada para o PI Bacajã e um atendente para a aldeia do Trincheira, com um curso da SUCAM, em Belém, para poder ler as lâminas.
- 2) Envio regular de medicamentos, sem exagerar na quantidade.
- 3) Melhorar a enfermaria.
O chefe de Posto sugeriu que a aparelhagem dentária fosse portátil e não fixa, porque há possibilidades dos índios se mudarem de aldeia. Deve ser conversado com o Dr. João Paulo.
- 4) Melhorar a manutenção do poço existente e colocar apenas mais uma torneira ao lado da casa do Onça, pelas mesmas razões.
- 5) Visitas regulares da EVS do projeto CVRD/FUNAI são imprescindíveis.
- 6) Incorporar no Projeto Educação, orientação de hábitos de higiene.

PROJETO CONSTRUÇÕES

O chefe de Posto considera, que por enquanto, o essencial é melhorar a situação geral da comunidade. O Posto deve ficar de aparência simples para não provocar muito contraste com a aldeia.

As construções do Posto, porém, precisam ser ampliadas e melhoradas. Podem ser de madeira, com teto de cavaco, feitos na aldeia.

A Escola precisa de duas salas e um banheiro.

A Casa do Posto, de mais uma sala para depósito.

A construção da casa de farinha pode ser de uma parede e teto de cavaco (ver com os índios e o chefe de Posto para o melhor local).

PROJETO EDUCAÇÃO

Dar apoio didático à professora Angela através da assessoria antropológica da CVRD, com orientação programada.

Montar um audio-visual, para um maior intercâmbio entre a aldeia do Catetê e do Bacajã.

Compra de material escolar (ver a lista estabelecida pela professora) e comprar:

- 1 máquina de costura. Com algum apoio do Projeto, a profa.

Angela se prontifica a ministrar aulas de costura.

- 1 máquina de escrever Olivetti 120 espaços
- 1 mimeógrafo a álcool e stencil
- 2 lousas
- 30 carteiras
- linhas e agulhas para costura

Para a fabricação do artesanato tradicional, compra de fio de algodão, cordonete e missangas (se comunicar com Lux Vidal para saber que tipo de material e onde deve ser adquirido).

Deve-se elaborar um programa mais adequado à realidade indígena, fornecer ao pessoal de campo orientação pedagógica e formar um monitor indígena em educação.

O grupo do Trincheira pediu uma professora para esta aldeia. Segundo a profa. Angela, há bons alunos neste grupo de crianças.

EQUIPAMENTOS PARA O POSTO

- 1) Um barco de 7 toneladas para o escoamento da castanha, com um motor Diesel, Yamaha, tipo rabodo. Segundo o chefe de Posto, seria uma economia tanto para o transporte de mercadorias como de doentes, com relação ao custo do transporte aéreo.
- 2) Uma voadeira para o transporte urgente de doentes, com 1 motor Yamaha, tipo para voadeira, 25 Hp. Calcula-se de 8 a 9 horas para chegar a Altamira e um gasto de 120 litros de gasolina.
- 3) Um rádio-gerador para o grupo do Trincheira (?)
- 4) 3 fogões a lenha, de ferro. Podem ser encontrados em Altamira e custam Cr\$ 800.000 cada.
- 5) 1 fogão a gás para a enfermaria.
- 6) 1 catetu elétrico.
- 7) 1 moto-serra.
- 8) 3 fornos de metal para torrar farinha.
- 9) Correntes para amarrar as canoas.

PROJETO PISTA DE POUSO

Endireitar a pista e nivelá-la.

Colocar piçarra, para melhorar as condições de pouso, bastante precárias atualmente.

Precisaria de pessoas de fora para realizar este serviço.

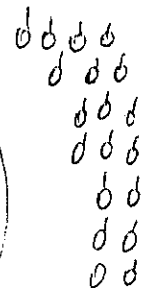
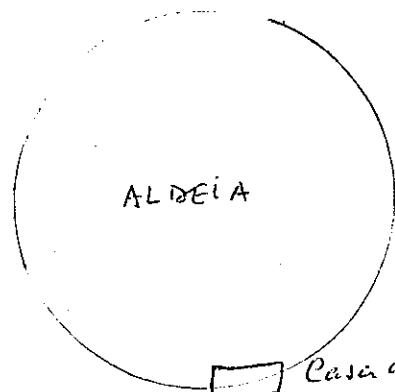
Roca III
1985

PROJETO PLANTACAO DE ARROZ

Roca II
1983

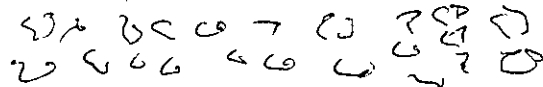
Roca I
1984

Projeto Plantacao Batata

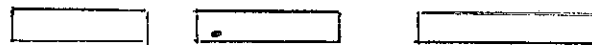


Casa do chefe Onça

PROJETO POMAR



POSTO



Pista do Povo

RIO BACATA

Roca Grande do Pirarara 1984

Rocão Onça

PROJETO AGRÍCOLA, PESCA E CAÇA

- 1) Sementes de arroz, feijão, milho, algodão, fava, côco, cajú, laranja, abacate, goiaba, melancia.

Comprar 30 enxadas, 10 cavadeiras, 5 caixas de limas, 100 facões, 36 machados, 15 plantadeiras tico-tico.

10 caixas de pilhas e 30 lanternas para a espera.

O chefe de Posto pretende criar um pomar na área entre o Posto e a aldeia. E plantar batata e arroz dos dois lados da pista de pouso.

- 2) Para a caça comprar 15 espingardas de calibre 20. E 20 caixas de cartuchos (por bimestre).

- 3) Pesca: 30 caixas de anzóis de vários tipos.

50 carreteis de nylon de todos os tipos.

PROJETO CASTANHA

Para o ano 1985-86, financiar a safra de castanha, a fundo perdido, para que os índios, possam ter algum lucro. Parte dos lucros seria colocado na poupança para o auto-financiamento da safra de 86-87.

Pedir ao chefe da Ajudância de Altamira que cuide da comercialização da safra de forma que os índios obtenham um rendimento que justifique esta atividade tão penosa. Conscientizar os índios dos mecanismos envolvidos na comercialização da castanha.

Comprar 100 redes e 100 mosquiteiros.

Financiar o rancho da safra.

PESSOAL DO POSTO

Contratar 1 enfermeira para o PI Bacajã.

1 atendente para o Trincheira (?)

1 professora para o Trincheira (?)

1 braçal para o Trincheira (?)

Os do Trincheira não querem chefe de Posto da FUNAI e nem precisam.

Dar um apoio suplementar (serviço de terceiros?) à professora Angela. Lhe proporcionar orientação e possibilidades de reciclagem.

SERVIÇOS DE TERCEIROS

Pagamento para índios \$ US 500

Consertos mecânicos \$ US 500

Professora auxiliar \$ US 100

MANUTENÇÃO

A verba precisa ser repassada pela Ajudância de Altamira.

São liberados \$ US 2.000 a cada dois meses, e servem para a compra de alimentos, frete de avião, combustível, munição e consertos mecânicos.

Com a primeira remessa dos recursos pagavam todas as dívidas que a FUNAI tinha acumulado na praça de Altamira!

Necessidades de combustível por semestre:

gasolina: 100 litros, óleo diesel: 1.500 litros, óleo lubrificante: 3 baldes de 20 litros, óleo 2 tempos: 50 litros, querosene: 10 baldes de 20 litros.

O chefe de Posto sugeriu que se colocasse parte da verba da manutenção na poupança. A minha sugestão é que a partir de 1986 a CVRD libere apenas 1.000 dólares e reserve os 1.000 restantes, em nome da aldeia, para uso futuro.

Não permitir que o Convênio CVRD/FUNAI financie obras e equipamentos para a Ajudância de Altamira, sendo que estas despesas devem ficar a cargo da FUNAI.